

Entrevista

*Professora e pesquisadora da
University of California de Long
Beach, Estados Unidos*

Sobre metodologias de pesquisa nos estudos de mídia e política

O professor e pesquisador Mauro Porto dedica-se à Comunicação Política na Tulane University de New Orleans, Estados Unidos. Formado em Comunicação pela UnB – Universidade de Brasília, com doutorado na mesma área pela University of California de San Diego, ele está na linha de frente da pesquisa sobre mídia e política no Brasil. Nessa entrevista, Mauro Porto fala sobre questões metodológicas, as diferenças entre os pesquisadores brasileiros e os norte-americanos, seu trabalho sobre telejornalismo e cobertura política, as teorias dos efeitos, de recepção e enquadramento e, ainda, o interesse pelo Brasil nas universidades norte-americanas.

Em um trabalho apresentado na Intercom em 2003, você propõe a integração de perspectivas nos estudos de recepção e dos efeitos, salientando que muitos pesquisadores ainda vêm essas linhas como antagônicas. O enfoque integrado que você propõe concentra-se mais na metodologia escolhida (quantitativa X qualitativa)? Como integrar o que aparenta ser uma divisão ideológica, ou maneiras diferentes de ver o mesmo objeto? Onde está a convergência?

Mauro Porto: No texto apresentado na Intercom e que faz parte do meu livro *Televisão e Política no Brasil*, a ser lançado em breve, insisto na necessidade de combinar tradições que são geralmente vistas como antagônicas. Eu identifico duas correntes principais no campo da pesquisa sobre a influência da mídia na audiência: o “estudo dos efeitos” e a “pesquisa de recepção”. A grosso modo, os estudos dos efeitos se desenvolvem no campo das ciências sociais empíricas e geralmente utilizam métodos quantitativos, principalmente *surveys* e experimentos controlados, para medir os efeitos da mídia. Já a pesquisa de recepção inclui estudos realizados no campo da crítica literária e dos estudos culturais e que utilizam métodos qualitativos (etnografia, entrevistas em profundidade, grupos focais, etc.) para investigar o modo como membros da audiência interpretam ativamente os conteúdos da mídia. Em lugar de tratar as

duas perspectivas como posições antagônicas, busco consolidá-las em um marco teórico e metodológico integrado.

Creio que as possibilidades de convergência são múltiplas. No campo das metodologias, acho importante rejeitar o ponto de vista de que devemos escolher entre técnicas quantitativas e qualitativas. Por que não combiná-las na pesquisa empírica? O que impede que os estudos sobre a recepção da mídia utilizem, por exemplo, tanto observação etnográfica como a pesquisa de *survey*? A verdade é que enfoques integrados raramente são utilizados.

Do ponto de vista teórico, também existem oportunidades interessantes de integração. Os estudos dos efeitos tendem a conceber a mídia como fonte de “informação”, desenvolvendo enfoques teóricos interessantes sobre como as pessoas prestam atenção, lembram, processam e incorporam os conteúdos da mídia em suas estruturas cognitivas. James Carey tinha razão quando argumentou que a visão de que os meios de comunicação são meros condutores de informação é reducionista, mas os aportes teóricos dos estudos dos efeitos não podem ser ignorados. Já a pesquisa de recepção enfatiza disputas ideológicas no processo de comunicação, concebendo os membros da audiência como agentes que interpretam ativamente os conteúdos da mídia. Estes estudos nos permitem enfatizar questões de ideologia e de poder que tendem a estar ausentes dos estudos dos efeitos. Todavia, a pesquisa de recepção geralmente exagera a polissemia das mensagens e o poder da audiência de resistir os conteúdos da comunicação.

Não estou sugerindo de modo algum que seja possível, ou mesmo desejável, desenvolver um enfoque integrado que elimine as diferenças teóricas e epistemológicas que dividem a nossa disciplina. Precisamos, isto sim, de várias abordagens integradas. O importante é ter o que o psicólogo Jerome Bruner denomina “abertura de mente”, ou seja, um desejo de construir conhecimento a partir de perspectivas múltiplas sem perder o compromisso com seus próprios valores.

Ainda dentro da discussão metodológica e ampliando para a questão ideológica no sentido de que essas tradições vêm o mesmo objeto de maneiras diferentes, você acredita que pesquisadores brasileiros que atuam nos Estados Unidos e que tem formação acadêmica influenciada pelas duas culturas, enxergam mais facilmente a necessidade de produzir enfoques integrados? À primeira vista, parece que muitos pesquisadores brasileiros sentem-se fortemente influenciados pela tradição européia de estudos críticos e culturais e aprendem principalmente a produzir pesquisa qualitativa, enquanto o pesquisador norte-americano fixa-se mais na pesquisa quantitativa. O olhar francês-britânico-brasileiro tenta ver o todo de forma mais abstrata, enquanto o olhar norte-americano isola uma fatia da realidade e consegue medi-la exaustivamente, mas acaba por perder a noção geral do todo. O que você pensa dessa dicotomia?

Concordo com a avaliação de que a pesquisa de comunicação desenvolvida no Brasil é fortemente influenciada por tradições européias, incluindo a teoria crítica, os estudos culturais, a semiologia e o pós-estruturalismo. Este é um dos motivos que levam a um predomínio de metodologias qualitativas e de ensaios teóricos na pesquisa de comunicação desenvolvida no país. O problema é que estes marcos teóricos nem sempre são operacionalizáveis na pesquisa empírica. O nível de abstração destas teorias é tão elevado que dificulta o acúmulo de conhecimento através da pesquisa sistemática. Por outro lado, as ciências sociais empíricas, especialmente a norte-americana, peca no lado oposto, ou seja, ao trabalhar apenas com abordagens mais específicas, o que Robert Merton chamou de “teorias de médio alcance”. Estas abordagens tratam de questões bem mais limitadas e que são mais fáceis de serem operacionalizadas. Todavia, como o sociólogo C. Wright Mills nos alertou há várias décadas, os resultados destes estudos são freqüentemente irrelevantes, pois eles carecem de uma sustentação

As grandes teorias da tradição européia são importantes para gerar hipóteses relevantes e guiar nossas pesquisas, mas não são suficientes

teórica mais abrangente.

Novamente, creio ser fundamental desenvolver um enfoque integrado. As grandes teorias da tradição européia são importantes para gerar hipóteses relevantes e guiar nossas pesquisas, mas não são suficientes. Elas fornecem orientação teórica, mas quase sempre não possibilitam o desenvolvimento de conceitos que podem ser operacionalizados de forma sistemática. Já as ciências sociais empíricas são extremamente úteis no desenvolvimento de abordagens sistemáticas que podem ser operacionalizadas, mas elas devem ser combinadas com teorias mais abrangentes que sejam capazes de orientar o pesquisador em uma realidade que é sempre complexa.

Como é natural, os pesquisadores brasileiros treinados nos Estados Unidos têm uma maior exposição às ciências sociais empíricas. Todavia, nada garante que eles enxerguem mais facilmente as potencialidades de integração, especialmente quando eles rejeitam as tradições críticas ou os estudos culturais.

A teoria do framing (enquadramento) está encontrando cada vez mais adeptos. Você a utilizou em seu trabalho sobre a cobertura televisiva da eleição presidencial de 2002. Você também desenvolveu o que chama de “enquadramento interpretativo” para ressaltar os processos de interpretação dos temas da campanha política, ao invés de meramente registrar os temas mais freqüentes. Você se baseou no modelo das controvérsias interpretativas, segundo o qual as disputas políticas são imunes às resoluções em parte porque os grupos políticos vêm os mesmos fatos de formas diferentes e não enxergam as evidências apresentadas pelos oponentes. Em que o conceito de “enquadramento interpretativo” se baseia e em que ele é diferente do conceito desenvolvido por Entman?

O conceito de “enquadramento interpretativo”

foi desenvolvido na minha tese de doutorado e é explicado em detalhe no livro que será lançado em breve no Brasil (*Televisão e Política no Brasil*, E-Papers). Ele surge a partir da constatação de que o conceito de enquadramento tem um enorme potencial para aprimorar a pesquisa em comunicação, mas que os seus usos são tão numerosos e diferentes que a utilidade do conceito passou a ser questionada. Por isso sugiro em um texto publicado no livro *Comunicação e Política*, editado por Albino Rubim, que é necessário diferenciar pelo menos os níveis de enquadramento. O que chamo de enquadramento interpretativo diz respeito a um nível mais concreto: a interpretação de temas ou eventos específicos. O ponto de partida é o de que qualquer tema ou evento importante é controverso, ou seja, é enquadrado de forma diferente por diversos atores. A mídia tem um papel fundamental ao dar visibilidade a certos enquadramentos ou ao marginalizar e excluir outros pontos de vista. O modelo teórico que proponho busca desenvolver um enfoque que permita identificar os enquadramentos dominantes no conteúdo da mídia e analisar os efeitos destes padrões de enquadramento no momento da recepção. Eu apliquei este modelo teórico na análise das eleições de 2002 no texto a que você se refere, publicado no livro *Eleições Presidenciais em 2002 no Brasil*, também editado por Rubim.

Em seu livro mais recente, *Projections of Power*, Robert Entman propõe uma distinção semelhante. Entman diferencia os “enquadramentos substantivos” dos “enquadramentos de procedimento”. Segundo o autor, os enquadramentos substantivos tratam da interpretação de temas e eventos concretos, incluindo a definição de problemas, a identificação de causas, a apresentação de julgamentos morais e a promoção de soluções. Já os enquadramentos de procedimento apresentam interpretações sobre o processo político em geral ou sobre processos eleitorais. Quando os jornalistas enquadram a política como um “jogo”, ressaltando as estratégias e os interesses dos atores envolvidos, ou a eleição como uma “corrida de

Apresento evidências de que o horário eleitoral constituiu uma fonte alternativa importante de enquadramentos interpretativos para o eleitorado, especialmente na definição das questões sociais

cavalos”, focalizando os resultados das pesquisas e as estratégias eleitorais dos candidatos, eles promovem o que Entman chama de “enquadramentos de procedimento”. Esta distinção é semelhante a que eu faço entre “enquadramentos interpretativos” e “enquadramentos noticiosos”.

Nesse mesmo trabalho, você analisou as diferenças de temas utilizados no telejornalismo do Jornal Nacional e na propaganda do horário gratuito (economia X questões sociais). Sua preocupação deu-se mais no terreno de como a televisão define os temas centrais de uma campanha do que propriamente no ranking dos temas, como é tradicional nas pesquisas de agenda-setting. Por quê?

Eu estava mais interessado no poder da mídia de definir uma questão social como “problema” do que na sua capacidade de definir o nível de importância dos temas na agenda pública. No caso das eleições presidenciais de 2002, o *Jornal Nacional* definiu as turbulências na economia como um problema absolutamente central. Já os candidatos da oposição utilizaram seus programas no horário eleitoral para identificar outros problemas, tão ou mais importantes, que iam além da queda da taxa de câmbio ou das oscilações no chamado “Risco Brasil”. Em particular, apresento evidências de que o horário eleitoral constituiu uma fonte alternativa importante de enquadramentos interpretativos para o eleitorado, especialmente na definição das questões sociais (desigualdades, fome etc.) como problemas nacionais urgentes.

Por outro lado, você descobriu que a exposição dos eleitores à propaganda política não os tornou mais interessados nas questões sociais propostas no horário gratuito do que na questão econômica enfatizada pelo Jornal Nacional. Por que você acha que isso ocorreu? Que outras variáveis não analisadas entram nessa questão? Como você explica esse fenômeno em termos do “modelo das controvérsias interpretativas”?

No artigo “Framing controversies: television and the 2002 presidential election in Brazil”, analiso em detalhe os efeitos do *Jornal Nacional* e do horário eleitoral nas preferências do eleitorado. O dados realmente demonstram que, contrariamente à hipótese inicial, a exposição aos programas do horário eleitoral não levou as pessoas a definir os problemas sociais como os mais importantes. Baseado no “modelo das controvérsias interpretativas”, eu havia desenvolvido a hipótese de que quanto mais as pessoas assistissem ao *Jornal Nacional*, mais elas apoiariam a interpretação de que a instabilidade na economia era o principal problema do país. Por outro lado, a minha suposição era a de que a exposição aos programas do horário eleitoral levaria as pessoas a definir os problemas sociais como os mais importantes. A hipótese foi confirmada no caso do JN, mas não do horário eleitoral.

Mas é importante ressaltar que a exposição à propaganda política teve um outro efeito estatisticamente significativo e que é consistente com o “modelo das controvérsias interpretativas”: quanto mais as pessoas assistiam o horário eleitoral, mais elas rejeitavam a noção de que a instabilidade na economia era o principal problema do país. Portanto, o horário eleitoral teve um papel importante nas eleições ao apresentar à audiência enquadramentos alternativos sobre os problemas nacionais.

O seu trabalho demonstrou que o público tem interesse na propaganda política oferecida no horário gratuito. Isso foi uma surpresa?

Eu tinha a suspeita de que a visão do senso comum, segundo a qual os brasileiros odeiam e rejeitam o horário eleitoral, era simplista e equivocada. O questionário da pesquisa ESEB, um *survey* nacional desenvolvido logo após o segundo turno das eleições de 2002, perguntou aos eleitores se o horário eleitoral devia continuar existindo. Mais de dois terços dos entrevistados (68%) responderam que sim. Isto prova que, contrariamente o que alar-

Havia desenvolvido a hipótese de que quanto mais as pessoas assistissem ao Jornal Nacional, mais elas apoiariam a interpretação de que a instabilidade na economia era o principal problema do país

deia a mídia, os brasileiros percebem a importância do horário eleitoral para o processo democrático.

Em sua tese de doutorado, escolhida como a melhor de 2001 pela Intercom, você argumenta que a televisão brasileira restringe a discussão democrática em parte por sua forte dependência de fontes oficiais e das elites. Essa questão continua preocupando-o hoje? Houve algum avanço? Você observa o mesmo fenômeno na televisão norte-americana?

A minha tese analisa em detalhe a cobertura política do *Jornal Nacional* e identifica um claro predomínio das fontes oficiais do governo (Presidente, ministros, membros do primeiro escalão do governo federal). Tenho insistido, como vários outros pesquisadores, que esta dependência nas perspectivas oriundas do Poder Executivo é nociva para o processo democrático. Mas isso não é certamente uma peculiaridade brasileira. Um dos resultados mais comuns na pesquisa em jornalismo desenvolvida nos Estados Unidos é esta dependência das fontes oficiais. Especialmente em períodos de conflito internacional, como as recentes guerras do Afeganistão e do Iraque, a mídia norte-americana tende a apoiar o consenso em torno das políticas da Casa Branca e marginalizar vozes de oposição.

Também na sua tese, você critica o modelo do “cidadão bem informado” da democracia clássica e propõe o modelo do “cidadão interpretativo” – aquele que pode atuar sem ter necessariamente alto grau de informação, desde que tenha acesso a diferentes enquadramentos. A mídia brasileira hoje oferece condições para o desenvolvimento do “cidadão interpretativo”?

Infelizmente não. Na minha tese identifiquei dois problemas em relação à cobertura política do *Jornal Nacional*. Um é a tendência de cobrir a política através de notícias com formato “episódico”. Estas notícias são geralmente muito curtas e adotam

um tom descritivo, factual, sem a apresentação de enquadramentos interpretativos. Ao não apresentar a posição interpretativa dos atores principais sobre o tema ou evento em questão, o jornalismo não capacita a audiência para fazer sentido do mundo da política de uma forma mais consistente. Outro problema é a baixa diversidade de vozes no noticiário, problema já mencionado da forte dependência das fontes oficiais. Ou seja, a competência da cidadania para fazer sentido do mundo da política é afetada negativamente quando o noticiário adota um tom descritivo, sem dar visibilidade às posições interpretativas que caracterizam as controvérsias políticas, ou ao privilegiar as posições interpretativas que emergem do governo federal em Brasília.

Agora, uma questão mais pessoal. Você observa um interesse especial pelo Brasil no mundo acadêmico norte-americano? Você sente a necessidade de ampliar a sua área de pesquisa sobre cidadania e política brasileira? Mais do que isso, você acha que a concentração em temas relacionados apenas ao Brasil pode limitar a carreira acadêmica dos pesquisadores brasileiros nos Estados Unidos?

Esta é uma pergunta interessante e a resposta não é simples. De um lado, há um interesse enorme pelo Brasil nas universidades norte-americanas. Existem diversos grupos e centros de pesquisa dedicados exclusivamente ao Brasil, como o da Tulane University e da Universidade do Texas em Austin. A BRASA (Brazilian Studies Association) é uma demonstração deste enorme interesse pelo Brasil. Aliás, estaremos sediando o encontro da BRASA aqui na Tulane em março de 2008. Por outro lado, existe uma pressão enorme para que você não seja uma especialista de um só país. Hoje em dia, a pesquisa comparativa, que aborda determinada questão em diversos países, é estimulada não só pelas universidades, como também pelas

A pesquisa comparativa, que aborda determinada questão em diversos países, é estimulada não só pelas universidades, como também pelas editoras que publicam livros acadêmicos

editoras que publicam livros acadêmicos. Fica difícil desenvolver uma vida profissional centrada em apenas um país.

Por outro lado, no caso de algumas disciplinas acadêmicas, ainda existe pouco interesse pelo Brasil aqui nos Estados Unidos. Creio que o campo da comunicação é um dos melhores exemplos. Considerando a importância do Brasil e da sua indústria cultural, o número de pesquisadores vinculados a Departamentos de Comunicação que se dedicam ao Brasil ainda é bastante baixo.

Quais as disciplinas você leciona na Tulane University? Em que projeto de pesquisa você está engajado no momento?

Respondo pelas disciplinas “Mídia e Democracia na América Latina” e “Comunicação Política Comparada”, “Televisão e Cultura no Brasil” e “Legislação da Comunicação”. Todos os programas das minhas disciplinas estão disponíveis na minha página pessoal na internet (www.tulane.edu/~mporto).

O meu principal projeto atual é escrever um livro sobre o papel da Rede Globo na política brasileira desde a redemocratização. Estive no Brasil no ano passado desenvolvendo a pesquisa de campo, fazendo entrevistas e coletando material. O livro estará baseado na análise de conteúdo do *Jornal Nacional* e de entrevistas com uma variedade de atores, incluindo ex-Presidentes (Sarney, Collor e Fernando Henrique), assessores de imprensa da Presidência, jornalistas e líderes de observatórios e organizações não-governamentais. Um dos objetivos centrais será o de demonstrar como a democratização das esferas políticas e sociais no Brasil forçou a Rede Globo a mudar o seu jornalismo, o que, por seu lado, teve impactos positivos para o processo de democratização.